



MUNICÍPIO DE
VISEU

Luís Henrique
Albuquerque

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

N.º CMV-051/2017

Lei n.º 5/2007, de 16/01 - Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto e
Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01/10 - Regime Jurídico dos Contratos-Programa de
Desenvolvimento Desportivo

O Associativismo Local tem sido um parceiro estratégico e fundamental no desenvolvimento desportivo do Concelho de Viseu, facilitando o acesso da população à prática de atividades desportivas, designadamente nos escalões mais jovens.

Temos assistido a um notável desenvolvimento do tecido associativo desportivo, evidência que podemos comprovar na diversidade da oferta produzida, na quantidade de atletas que escolhem os clubes como via preferencial de acesso à prática desportiva, no nível de formação académica e desportiva dos técnicos e num rejuvenescimento dos seus órgãos sociais.

Neste contexto, pretende o Município de Viseu reconhecer o papel social insubstituível que os clubes desportivos, através dos seus dirigentes, técnicos e demais agentes desportivos desempenham nas suas comunidades, através de um programa de apoio ao movimento associativo desportivo com 9 medidas de apoio, e que pretende definir uma linha de pensamento estratégico, entre os demais intervenientes, sobre o rumo e prioridades de uma política de desenvolvimento desportivo, liderada pelo Município de Viseu, permitindo a canalização do investimento em projetos cujas linhas de ação e objetivos sejam enquadráveis, otimizando e garantindo maior coerência dos *investimentos* do Município no movimento associativo e motivando a diminuição de alguns desequilíbrios existentes na oferta desportiva do concelho.

Considerando:

As atribuições dos Municípios consagradas no artigo 23.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, entre outras, nos domínios dos tempos livres e desporto, da saúde e da promoção do desenvolvimento;

As competências da Câmara Municipal previstas no artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, podendo, no âmbito do apoio a atividades de interesse municipal, deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, nomeadamente, com vista à prossecução de obras ou eventos de interesse municipal, bem como à informação de defesa dos direitos dos cidadãos,



Luís Henrique

podendo, igualmente, deliberar sobre a concessão de apoio financeiro ou de qualquer outra natureza a instituições legalmente constituídas ou participadas pelos trabalhadores do município, tendo por objeto o desenvolvimento de atividades culturais, recreativas e desportivas;

O disposto, nomeadamente, nos artigos 7.º, 46.º e 47.º da Lei n.º 5/2007, de 16/01 (Lei de Bases da Atividade Física e do Desporto) e nos artigos 8.º, 12.º, 19.º, 21.º, 26.º, 28.º, 29.º e 30.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01/10 (Regime Jurídico dos Contratos-Programa de Desenvolvimento Desportivo);

É celebrado entre

O **MUNICÍPIO DE VISEU**, pessoa coletiva de direito público, com sede na Praça da República, 3514-501 Viseu, NIPC 506 697 320, aqui representado por António Joaquim Almeida Henriques, na qualidade de Presidente, adiante designado por MV ou Primeiro Outorgante; e

O **CENTRO HÍPICO DE VISEU**, pessoa coletiva de direito privado, com sede em Quinta do Carvoeiro, Outeiro das Merendas, Apartado 246 3505-507 Viseu, NIPC 503552208, aqui representado por Maria da Conceição Rodrigues de Azevedo, na qualidade de Presidente da Direção, adiante designado por Entidade ou Segundo Outorgante;

O presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo que se rege pelas Considerações acima e Cláusulas seguintes:

Cláusula 1.ª

Objeto

1 - Através do presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, adiante designado por Contrato, o Município de Viseu concede ao **Centro Hípico de Viseu**, um apoio financeiro para realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo constante de Anexo a este Contrato, do mesmo fazendo parte integrante.



Luís Henrique
[Signature]

2 – A formalização deste apoio mediante a celebração do presente Contrato-Programa tem em vista, nomeadamente:

- a) Fazer acompanhar a concessão do apoio por uma avaliação completa dos custos do Programa, bem como dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana, previstos para a sua execução;
- b) Reforçar o sentido de responsabilidade dos outorgantes relativamente ao cumprimento dos obrigações por eles livremente assumidas;
- c) Assegurar a plena publicidade e transparência das condições com base nas quais os apoios são concedidos.

Cláusula 2.ª

Obrigações da Entidade Beneficiária do Apoio

Pelo presente Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, o **Centro Hípico de Viseu**, enquanto entidade beneficiária do apoio ora concedido, assume as seguintes obrigações:

- 1.ª: Cumprir o Programa de Desenvolvimento Desportivo;
- 2.ª: Criar um centro de resultados próprio e exclusivo para a execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo objeto do presente contrato, não podendo nele imputar outros custos e proveitos que não sejam os da execução do mesmo, de modo a permitir o acompanhamento da aplicação das verbas confiadas exclusivamente para este fim;
- 3.ª: Aplicar os apoios financeiros atribuídos apenas e só às despesas financiadas;
- 4.ª: Proceder ao pagamento das despesas objeto de financiamento realizadas;
- 5.ª: Não aplicar as verbas concedidas a outros fins;
- 6.ª: Devolver todos os valores atribuídos que não correspondam a despesas realizadas;
- 7.ª: Cumprir as suas obrigações fiscais e para com a Segurança Social e prestar consentimento expresso para a consulta da respetiva situação tributária e contributiva pelos serviços do Município;
- 8.ª: Certificar a suas contas por Revisor Oficial de Contas, ou Sociedade Revisora de Contas, se os apoios concedidos no ano económico forem de valor superior a € 50.000,00 (cinquenta mil euros);



Luís...
[Signature]

- 9.ª: Cumprir a lei, designadamente o regime de incompatibilidades dos dirigentes desportivos;
- 10.ª: Prestar todas as informações e apresentar todos os documentos solicitados pelo Município, como entidade competente pelo acompanhamento e controlo da execução do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo;
- 11.ª: Publicitar, em todos os meios de promoção e divulgação do programa de desenvolvimento desportivo, o apoio do Município de Viseu com a designação de “Apoio Institucional”;
- 12.ª: Participar, de forma organizada, em atividades e eventos desportivos promovidos pelo Município de Viseu durante o ano de 2017;
- 13.ª: Colocar à disposição do Município, de forma gratuita, as suas instalações desportivas para a realização de atividades e eventos de interesse municipal;
- 14.ª: Enviar ao Município, logo que se encontre concluída a realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo e impreterivelmente até 31 de janeiro de 2018, um Relatório Final sobre a execução do mesmo, em modelo próprio a definir pelo Município de Viseu, acompanhado dos documentos comprovativos de realização das despesas financiadas, designadamente dos recibos de quitação emitidos pelos fornecedores respetivos.

Cláusula 3.ª

Prazo de execução

O prazo de execução do programa é respeitante ao prazo definido no Programa de Desenvolvimento Desportivo apresentado pela Associação.

Cláusula 4.ª

Comparticipação financeira

1 - Para a execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo apresentado pelo Segundo Outorgante, com a despesa de referência de **34.730,00 €**, constante da proposta apresentada pela Entidade, é celebrado um Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo no valor de **19.750,00 €**, correspondente a **58,31 %** da referida despesa, onde se insere uma participação financeira concedida pelo



Luís Henrique
[Signature]

Primeiro Outorgante ao Segundo Outorgante até ao valor de **5.000,00 €**, sendo o restante valor de **14.750,00 €** resultante da isenção do pagamento das taxas de utilização de instalações desportivas e/ou serviços municipais.

2 - O presente apoio visa apoiar a candidatura efetuada pelo Clube às seguintes Medidas:

- a) **5.000,00 €** no âmbito da candidatura à Medida 3 (Apoio à Organização de Atividades Desportivas e Recreativas Pontuais) designadamente na organização do evento **Competição Nacional de Saltos de Obstáculos "Cidade de Viseu"**.

3 - Caso o custo efetivo do Programa de Desenvolvimento Desportivo se revele inferior ao custo de referência indicado no n.º 1 da presente Cláusula, a comparticipação financeira a atribuir ao Segundo Outorgante poderá ser reduzida pelo Primeiro Outorgante, aplicando-se ao custo efetivo do Programa de Desenvolvimento Desportivo a percentagem definida no n.º 1 da presente Cláusula.

4 - Caso haja lugar à revisão da comparticipação financeira nos termos dos números anteriores, o Segundo Outorgante obriga-se a devolver ao Município de Viseu o montante resultante do diferencial entre as verbas já entregues ao abrigo do presente contrato e a comparticipação financeira apurada.

Cláusula 5.ª

Disponibilização da comparticipação financeira

A comparticipação referida nas alíneas do n.º 2 da Cláusula 4.ª é disponibilizada nos seguintes termos:

- 1.1. 4.500,00 € na data de celebração do presente CPDD;
- 1.3. 500,00 € após entrega e avaliação do Relatório Final referido na Cláusula 2.ª e respetiva documentação.



Luís Henrique
[Signature]

Cláusula 6.ª

Sistema de acompanhamento e controlo da execução do programa

O Primeiro Outorgante fiscalizará a execução do presente Contrato podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por uma entidade externa.

Cláusula 7.ª

Mora e incumprimento do Contrato

- 1 - O não cumprimento, pelo Segundo Outorgante, do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto, e, de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras concedidas pelo Município de Viseu.
- 2 - O atraso na realização do programa de desenvolvimento desportivo confere ao Primeiro Outorgante o direito de fixar novo prazo ou novo calendário para a sua execução.
- 3 - Verificado novo atraso, o Primeiro Outorgante tem o direito de resolver o Contrato, mas as quantias que já tiverem sido pagas a título de participação só lhe devem ser restituídas na medida em que a realização do objeto do Contrato ficar comprometido.
- 4 - A não entrega do Relatório Final, referido na Cláusula 2.ª, dentro do prazo estabelecido, implica o imediato cancelamento da última tranche de 10%.
- 5 - O incumprimento do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo, imputável à entidade beneficiária da participação financeira, constitui esta na obrigação de restituir as quantias que, entretanto, tenha recebido na proporção do incumprimento.



Luís Henrique
Almeida

6 - O incumprimento do CPDD, imputável à entidade beneficiária da comparticipação financeira, implica, também, a impossibilidade desta beneficiar de novas comparticipações enquanto não repuser as quantias a restituir.

7 - Perante a não apresentação do Relatório Final e da documentação comprovativa da realização do Programa de Desenvolvimento Desportivo e das despesas financiadas e não sendo restituídas pelo Clube as verbas atribuídas no âmbito do apoio financeiro, o Município procederá judicialmente, nomeadamente através da responsabilização dos membros dos órgãos de gestão do Clube.

Cláusula 8.ª

Revisão do Contrato

O presente Contrato poderá ser modificado ou revisto por livre acordo das partes.

Cláusula 9.ª

Cláusula de Compromisso

Nos termos do disposto no n.º 3 do art. 5.º da Lei n.º 8/2012, de 21/02, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17/03, ao presente Protocolo, com o valor global de € 5.000,00, corresponde o compromisso válido e sequencial n.º 35176.

Cláusula 10.ª

Controlo Financeiro

De acordo com o disposto no art.º 2.º, n.º 3 da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26/08 e alterada e republicada pela Lei n.º 20/2015, de 09/03), a Segunda Outorgante, enquanto entidade beneficiária de dinheiros públicos, fica sujeita à jurisdição e controlo financeiro do Tribunal de Contas, na medida necessária à fiscalização da legalidade, regularidade e correção económica e financeira da aplicação daqueles dinheiros.



Cláusula 11.ª

Litígios

Os litígios emergentes da execução do presente Contrato serão submetidos a arbitragem nos termos da lei.

Cláusula 12.ª

Entrada em vigor

O presente Contrato entra em vigor a partir da data da sua publicitação, nas formas previstas nos artigos 56º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e o n.º 1 do artigo 27º do Decreto-Lei 273/2009, de 1 de outubro.

Viseu, 08 de setembro de 2017

MUNICÍPIO DE VISEU

CENTRO HÍPICO DE VISEU



MUNICÍPIO DE
VISEU

Luís Henriques
[Signature]

CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

ANEXO

Programa de Desenvolvimento Desportivo (Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01/10)

De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 273/2009, de 01/10, consideram-se Programas de Desenvolvimento Desportivo:

- a) Os planos regulares de ação;
- b) Os planos de ação específica;
- c) Os projetos de construção;
- d) As iniciativas nos domínios da formação, da documentação, da investigação, das relações com organismos internacionais.

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO 2017

Identificação da Entidade

Programa de Desenvolvimento Desportivo

De acordo com o Decreto-Lei 273/2009, de 1 de Outubro, que define o regime jurídico dos contratos-programa de desenvolvimento desportivo, a atribuição de apoios financeiros, materiais e logísticos e patrocínios desportivos, por parte do Estado, Regiões Autónomas ou Autarquias Locais carece da celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo entre as partes.

De acordo com o seu artigo 8º, a concessão de apoios mediante a celebração de contratos-programa de desenvolvimento desportivo tem em vista, nomeadamente, os seguintes objetivos:

- Enquadrar a execução de programas concretos de promoção da atividade física e do desporto;
- Fazer acompanhar a concessão dos apoios por uma avaliação completa dos custos de programa ou projeto, assim como dos graus de autonomia financeira, técnica, material e humana previstos para a sua execução;
- Permitir a intervenção e mútua vinculação de diversas entidades interessadas na realização de um mesmo programa de desenvolvimento desportivo;
- Reforçar o sentido de responsabilidade dos outorgantes relativamente ao cumprimento das obrigações por eles livremente assumidas;
- Assegurar a plena publicidade e transparência das condições com base nas quais os apoios são concedidos.

O seu artigo 11º, implica a necessidade das associações e clubes que se proponham à realização de contratos-programa de desenvolvimento desportivo com a autarquia, que estes integrem, no respetivo clausulado ou em anexo ao mesmo, o seu programa de desenvolvimento desportivo objeto dessa comparticipação.

No ponto 2 desse artigo, consideram-se programas de desenvolvimento desportivo:

- Os planos regulares de ação das entidades que fomentam e dirigem, no plano nacional, regional ou local, a prática das diversas modalidades desportivas;
- Os planos de ação específica destinados a promover e divulgar a atividade física e o desporto, a organizar competições com interesse social ou desportivo relevante ou a apoiar a participação de praticantes portugueses em provas internacionais;
- Os projetos de construção ou melhoramento de instalações e equipamentos desportivos;

O seu artigo 12º define os elementos que os programas de desenvolvimento desportivo devem conter, assim:

- Descrição e caracterização específica das atividades a realizar;
 - Justificação do programa, nomeadamente do ponto de vista do desenvolvimento das modalidades em causa e das provas, competições ou eventos desportivos a realizar;
 - Quantificação dos resultados esperados com a execução do programa;
 - Previsão de custos e das necessidades de financiamento público, com os respetivos cronogramas ou escalonamentos;
 - Demonstração do grau de autonomia financeira, técnica, material e humana, oferecido pela entidade proponente para a execução do programa, incluindo, se for caso disso, a indicação de outras comparticipações, financiamentos ou patrocínios e respetivas condições;
 - Identificação de quaisquer entidades eventualmente associadas à gestão e execução do programa, definindo a natureza da sua intervenção, os seus poderes e as suas responsabilidades;
 - Relações de complementaridade com outros programas já realizados ou em curso de execução na mesma área ou em áreas conexas, se os houver;
 - Calendário e prazo global de execução do programa de desenvolvimento desportivo;
 - Destino dos bens adquiridos ou construídos ao abrigo do programa, se a sua titularidade não ficar a pertencer à entidade outorgante do contrato, bem
- 2 — Quando o programa tiver em vista a construção de instalações ou equipamentos desportivos deve, ainda, além dos elementos referidos no número anterior, conter a planta da respetiva localização e os estudos prévios ou descrições técnicas necessários à sua apreciação.

3 — Se estiver prevista a participação de terceiras entidades no contrato -programa, devem estas ser igualmente identificadas na proposta, com indicação dos respectivos direitos e obrigações.

No seguimento do articulado no ponto 2 do artigo 9 do DL 273/2009, o formulário apresentado não é aplicável aos patrocínios desportivos.

No sentido de facilitar a elaboração destes programas de desenvolvimento desportivo, a Câmara Municipal de Viseu desenvolveu o presente documento que deverá ser preenchido mediante a candidatura a efetuar e remetido para o Setor de Desporto e Juventude do Município de Viseu.

Luís Henrique

A | Objeto do Programa de Desenvolvimento Desportivo

* O objeto do Programa de Desenvolvimento Desportivo deve ser enquadrado nas várias Medidas definidas pelo Município de Viseu no âmbito do seu Programa de Apoio ao Movimento Associativo Desportivo, mencionando a "descrição e caracterização específica das atividades a realizar", tal como assinalar com uma cruz (X) a(s) Medida(s) a que o Clube se pretende candidatar.

Medida 1 | Apoio a Atividades Desportivas Federadas (ANEXO A)

Descrição e Caracterização do Objeto:

Medida 2 | Apoio a Atividades Desportivas e Recreativas Não Federadas (ANEXO B)

Descrição e Caracterização do Objeto:

Medida 3 | Apoio à Organização de Atividades Desportivas e Recreativas Pontuais (ANEXO C)

Descrição e Caracterização do Objeto:

Apoio financeiro à realização da "Competição Nacional de Saltos de Obstáculos Cidade de Viseu", dias 2 e 3 de Setembro de 2017. Prevê-se que participem neste evento 150 conjuntos cavaleiro (atleta)/cavalo nacionais e estrangeiros, distribuídos por 18 provas de saltos de obstáculos (com alturas compreendidas entre 0,80 m e 1,35 m), e que o n.º de inscrições seja de 200 aproximadamente. Pretende-se este ano, pela primeira vez introduzir uma prova de veteranos, estimando-se uma grande adesão de participantes na mesma. Trata-se de uma competição federada, organizada de acordo com o Regulamento de Saltos de Obstáculos da Federação Equestre Portuguesa (FEP), designadamente quanto ao tipo de Provas e elenco técnico associados à categoria da Competição. Tal como tem acontecido em anos anteriores, participam nesta competição atletas estrangeiros e atletas portugueses com cavaleiros.

Medida 4 | Apoio ao Desporto Rendimento

Medida 5 | Apoio a Jovens Valores do Desporto Local (mod. Individual) | (ANEXO D)

Descrição e Caracterização do Objeto:

Medida 6 | Apoio à Aquisição de Viaturas, Equipamentos e Serviços (ANEXO E)

Descrição e Caracterização do Objeto:

Medida 7 | Apoio à Aquisição, Construção e Requalificação de Instalações Desportivas e Sociais (ANEXO F)

Descrição e Caracterização do Objeto:

Medida 8 | Apoio à Participação Comunitária

Medida 9 | Apoio à Utilização de Instalações Desportivas e Serviços Municipais

B | Calendarização e prazo global de execução do Programa de Desenvolvimento Desportivo

Início da Execução do Programa: 2 de Setembro de 2017

Término da Execução do Programa: 3 de Setembro de 2017

C | Observações

O Centro Hípico de Viseu é uma associação sem fins lucrativos, de Utilidade Pública, de natureza desportiva, social e cultural, fundada em 1993. As instalações (na generalidade com mais de 20 anos), ocupam uma área coberta de 980 m², e são utilizadas com fins desportivos e sociais. No âmbito da Equitação Terapêutica (para alunos com necessidades especiais), tem estabelecidos Protocolos com a Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM), com a Associação Portuguesa para as Perturbações do Desenvolvimento e Autismo – Viseu (APPDA) e com o Agrupamento de Escolas do Sátão. Os Protocolos de colaboração estabelecidos com a Escola Superior Agrária de Viseu, Escola de Vagos e com a APPACDM, incluem estágios inseridos no plano Curricular do Curso e formação prática em contexto de trabalho respetivamente. Atendendo às infraestruturas disponíveis, o Centro Hípico está aberto à Comunidade e tem potencial para colaborar em iniciativas desportivas e sociais conjuntas promovidas pela Autarquia, Junta de Freguesia e por outras Instituições. A Escola de Equitação funciona diariamente de segunda a sábado. O evento a realizar na cidade de Viseu é uma Competição Nacional, na qual participam atletas (cavaleiros) federados de alto nível.

O Presidente da Direção

Data

Viseu, 8 de setembro de 2017

PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO 2017
Medida 3 | Apoio à Organização de Atividades Desportivas e Recreativas Pontuais

Anexo C

Identificação da Entidade	Centro Hípico de Viseu
Designação da Atividade/Evento Desportivo	Competição Nacional de Saltos de Obstáculos "Cidade de Viseu"
Data(s) de Realização	2 de Setembro de 2017 e/a 3 de Setembro de 2017
Local de Realização	Centro Hípico de Viseu - Rio de Loba - Viseu

Descrição da Atividade/Evento Desportivo

Indicar tipologia do evento, modalidade, quadros competitivos, equipas/atletas participantes.

Trata-se de uma Competição Nacional federada, na disciplina Obstáculos, incluída no calendário anual oficial da Federação Equestre Portuguesa (FEP), que se realiza anualmente, tendo em 2017 a 31.ª Edição. O apoio logístico e financeiro disponibilizado pelo Município de Viseu, ao longo das sucessivas edições, é fundamental indispensável à sua realização. Este Evento, integrou até 2013 o Programa oficial da Feira de S. Mateus, passando a partir de 2014 a integrar o Programa de Desenvolvimento Desportivo (PDD), promovido pelo Município e a ter a designação "Competição Nacional de Saltos de Obstáculos Cidade de Viseu". Em 2016 participaram nesta Competição 190 conjuntos cavalo/cavaleiro, inscritos e distribuídos por 18 provas de saltos de obstáculos com alturas compreendidas entre 0,80 m e 1,35 m. A organização desta Competição obedece às orientações/exigências regulamentares definidas no Regulamento de Saltos de Obstáculos da Federação Equestre Portuguesa, associadas à categoria da Competição. Participam nesta Competição atletas federados Nacionais e estrangeiros, alguns com participação em Jogos Olímpicos, e um deles (equitador do Centro Hípico) inclui a equipa da Seleção Nacional desta modalidade, representando o nosso País no estrangeiro, tendo já alcançado o primeiro lugar em alguns países. O elenco técnico (Júri do Concurso) que acompanha a realização desta Competição, obedece aos requisitos definidos pela FEP, sendo também responsável pelo envio posterior das classificações obtidas individualmente por cada atleta, para a FEP a fim de entrarem na tabela do Ranking Nacional.

Objetivos a alcançar com a organização da Atividade/Evento Desportivo

- OBJ. 1** Realizar um espetáculo de grande qualidade, único na Cidade de Viseu, em que participem cerca de 150 atletas na "Competição Nacional de Saltos de Obstáculos Cidade de Viseu".
- Promover a expansão desta modalidade desportiva de equitação na Região de Viseu.
- OBJ. 3** Contribuir para a promoção do turismo e cultura da nossa Cidade, na medida em que participam neste evento atletas de outras regiões, acompanhados pelas respetivas famílias, estimulando a repetição de visitas com consequentes benefícios financeiros e também de difusão do património artístico e cultural.
- OBJ. 4** Contribuir para a classificação e apuramento dos atletas na tabela do Ranking Nacional de Saltos de Obstáculos (monitorizada pela FEP).

em função do público alvo definido	Previstos
Nº Participantes	150
Nº Espetadores	2500

Transmissões Televisivas do evento

Indicar operador de TV, dia e horário da(s) transmissão(s).

Bola TV, dia 2, 19 horas.

Descrição Sumária das Despesas		Despesas Previstas
Despesas Federativas		700,00 €
Utilização Instalações Desportivas e/ou Serviços Municipais		14.750,00 €
Aluguer de Instalações Desportivas Não Municipais		- €
		€
		€
		€
Aquisição Equipamentos e Materiais Desportivos		350,00 €
Deslocações		250,00 €
Alojamentos e Alimentação		1.000,00 €
Recursos Humanos (Arbitradores, Técnicos, Staff, ...)		2.500,00 €
Policiamento e Segurança		- €
Seguros		150,00 €
Apoio Médico		400,00 €
Comunicação (Imagem, Promoção, Distribuição, ...)		300,00 €
Prémios (Troféus, Lembranças, Prize-Money, ...)		9.600,00 €
Atividades Complementares e de Animação		- €
Licenças (Municipais, SPA, ...)		30,00 €
Outras:	trator + EDP	500,00 €
Outras:	boxes	3.900,00 €
Outras:	pinturas	300,00 €
Totais		34.730,00 €

Descrição Sumária das Receitas		Receitas Previstas
Entor. Públicas	Apoio Financeiro - Município de Viseu	8.000,00 €
	Município de Viseu - isenção taxas utilização Instalações Desportivas e Serviços Municipais	14.750,00 €
	Junta de Freguesia de Rio de Loba	500,00 €
	Instituto Português de Desporto e Juventude	- €
Outras:		- €
Outras	Inscrições Atletas/Participantes	9.500,00 €
	Patrocínios	2.500,00 €
	Donativos, Mecenato	500,00 €
	Bilheteira	- €
	Receitas próprias	400,00 €
	Exploração Bar	- €
	Apoio Federações ou Associações de Modalidade	- €
	Outras:	- €
Outras:	- €	
Outras:	- €	
Totais		36.150,00 €

Observações:

O cumprimento da Regulamentação inerente à modalidade desportiva e categoria da Competição, implica uma logística e recursos humanos com custos associados elevados. Considerando que o evento não tem receitas de bilheteira, o apoio do Município é crucial para a realização do mesmo. A proposta de apoio apresentada, está agrupada em 3 componentes: uma dedicada ao apoio logístico e remuneração do júri; a segunda relacionada com despesas federativas e a terceira relacionada com aquisição de equipamento desportivo (aluguer de boxes) e troféus. Realçamos uma vez mais a qualidade do evento a realizar, bem como dos atletas participantes com reconhecimento nacional e internacional comprovados com inúmeros troféus alcançadas.

O Presidente da Direção

Data

Janio da Conceição P. de Almeida

Viseu, 8 de setembro de 2017